

Apresentação

O dossiê **Conflitualidade, Violência e Direitos Humanos**, da revista **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, organizado pelos professores **Camila Holanda Marinho** (UECE) e **David Oliveira** (UFC), apresenta estudos e pesquisas sobre as dinâmicas da violência e as práticas de violação de direitos humanos no Brasil contemporâneo. Os debates se circunscrevem em um momento peculiar da história brasileira, observado por meio da disseminação de discursos de ódio e de intolerância, proferidos, especialmente, via internet, bem como dos crescentes índices de homicídios contra jovens, mulheres e a população LGBTQ+, colocando o Brasil como líder dos rankings de casos de violência. Desse modo, pode-se indagar:

- Para quem essas vidas importam?

A violência, por ser uma narrativa cotidiana dos brasileiros, presente nas pautas da mídia, nas publicações em redes sociais e em suas experiências de vida, produzindo uma sensação de insegurança e medo social ao identificar alguns indivíduos como pessoas descartáveis, ameaçadoras e matáveis, portanto, classifica-se quem tem o direito à vida ou não.

O entendimento de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa judia refugiada nos Estados Unidos da América (EUA), sobre o genocídio como um crime contra a humanidade ocorre pela recusa total à diversidade e pluralidade da condição humana. Hannah Arendt destaca que a igualdade em dignidade e direitos dos indivíduos não é um dado, mas um construto da convivência coletiva, que requer acesso a um espaço público comum. Nesse sentido, o direito de pertencer a uma comunidade política decorre do processo de afirmação dos direitos humanos. Trata-se de um desafio e tanto para as sociedades desiguais que lutam por justiça social – como é o caso do Brasil. Os estudos apresentados neste dossiê, elaborados por pesquisadores de diferentes áreas e baseados em uma diversidade metodológica pertinente, analisam as diversas situações de violência e o papel dos direitos humanos como prática política mediadora de conflitos. Assim, neste número, convidamos os leitores a passear por esses instigantes *insights* alicerçadas em uma criativa pluralidade teórico-metodológica.

No artigo de **“Um olhar sobre a violência LGBTIfóbica no Brasil”** de **Kalyne Alves Andrade Santos** e **Karyna Batista Sposato** as autoras analisam os dados de violência letal no Brasil contra a população sexodiversa, nos últimos cinco anos, a partir dos relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da Comissão interamericana de Direitos humanos (CIDH), e a importância da formulação de políticas públicas para o enfrentamento dessa dramática situação.

Em **“Pode ser poética a política pública de enfrentamento à violência de gênero?”**, **Karinny Lima de Oliveira, Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão, Ana Maria de Barros** e **Juliana Gouveia Alves da Silva** abordam uma tipologia da violência referente ao atendimento oferecido pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRMMB) da cidade de Caruaru, destacando a eficácia da política pública que se torna poética quando implementada de forma intersetorial e garantindo o acolhimento das mulheres vítimas de violência em sua integralidade.

No artigo **“Em movimento: relato de uma experiência coletiva de resistência à violência no Ceará em 2018”**, **Ângela de Alencar Araripe Pinheiro, Benjamim Diego Lucas y Sousa, Daniele Jesus Negreiros, João Paulo Pereira Barros, Luciana Martins Quixadá e Veriana de Fátima Rodrigues Colaço** discorrem sobre uma importante experiência de articulação em rede do Movimento Cada Vida Importa (MCVI): A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento da Violência no Ceará em seu primeiro ano de atividades. Os autores defendem a importância dos saberes diversos, interdisciplinares e ressoantes que as instituições de Ensino Superior (IES) desenvolvem na prevenção de homicídios na adolescência.

No artigo **“Rebeliões, homicídios, centros educacionais: inquietações e problematizações sobre o sistema socioeducativo cearense”** de **Ingrid Lorena Silva Leite e Leila Maria Passos Souza Bezerra**, as autoras tratam da denominada “crise” do sistema socioeducativo nos anos 2000, quando ocorre uma reconfiguração da dinâmica das unidades de internação, especialmente acentuada pela ramificação das facções criminosas no cotidiano dessas unidades.

Anderson Medeiros de Moraes, Ulisses Levy Silvério dos Reis e Rafael Lamera Giesta Cabral apresentam reflexões sobre a situação do trabalhador migrante indocumentado e seu não acesso aos direitos trabalhistas no Brasil – compreendido como violação de direitos humanos – no artigo intitulado **“Trabalhador migrante indocumentado: condição jurídica no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”**.

Luiz Alcântara Costa Andrade e Francisco Horácio da Silva Frota, no artigo intitulado **“Colaboração premiada: autoridades legitimadas e valoração probatória”**, investigam a Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013, referente à celebração do acordo de colaboração premiada e os critérios adotados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para sua aplicabilidade, tendo como referência os acordos celebrados no âmbito da Operação Lava Jato que já foram objeto de apreciação da chamada Corte Constitucional.

No artigo intitulado **“Os direitos humanos no ‘bolsonarismo’: ‘descriminalização de bandidos’ e ‘punição de policiais’”**, **Emanuel Freitas da Silva** analisa a política de direitos humanos implementada pelos Estados contemporâneos e as representações vigentes acerca de tal política

por meio da atuação do então deputado Jair Bolsonaro, que construiu o chamado “bolsonarismo”, presente durante sua campanha que o elegeu presidente do Brasil.

Raquel Cavalcanti Ramos Machado e **Jéssica Teles de Almeida**, em **“Participação política: direito humano da mulher entre o público e o privado”**, apresentam dados sobre cotas de gênero na política e as formas como os partidos políticos burlam a lei ao preencher fraudulentamente as cotas femininas de candidatura e praticam abuso de poder político-partidário, desequilibrando o pleito eleitoral, o que pode vir a ser caracterizado como *violência institucional*.

Em **“Análise de mudanças em políticas públicas: a perspectiva neoinstitucionalista”**, artigo de **Carmem Emmanuely Leitão Araújo** e **Eleonora Schettini Martins Cunha**, analisa-se o potencial do Novo Institucionalismo, especialmente em sua versão histórica, para explicar mudanças em políticas públicas.

A resenha de **“O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”**, escrita por **Maria Alda de Sousa Alves**, **Michely Peres de Andrade** e **Anderson Souza Oliveira**, encerra a coletânea de artigos aprovada para publicação neste dossiê sintetizando importantes reflexões disponíveis no **livro de Nilma Lino Gomes** sobre o Movimento Negro Brasileiro como ator político e educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos acerca da questão racial no país.

Por fim, desejamos que essas reflexões inquietem e provoquem os leitores, estudiosos e profissionais, especialmente aqueles que atuam no campo das políticas públicas brasileiras, sobre a importância dos direitos humanos como diretrizes de práticas intersetoriais e em rede para o enfrentamento das situações de conflito, violência, intolerância e injustiça social.

Desejamos ótimas leituras a todos!

Camila Holanda Marinho;

David Oliveira.

Organizadores.